

13.julho.2017 – 15h15

RELATÓRIO DA AUDIÇÃO

- Entidade:** **Sindicato dos Inspetores da Educação e do Ensino**
Sindicato Nacional dos Psicólogos
A composição das delegações está disponibilizada na [página da Comissão](#).
- Recebidos por:** Grupo de Trabalho de Acompanhamento das Transferências de Competências na Educação: Deputados Susana Amador (PS, Coordenadora), Germana Rocha (PSD), Maria Augusta Santos (PS), Sandra Pontedeira (PS), Ilda Araújo Novo (CDS-PP), Ana Virgínia Pereira (PCP) e Joana Mortágua (BE).
- Assunto:** Transferência de competências para os municípios na área da Educação.
(Proposta de Lei n.º 62/XIII/2.ª - Estabelece o quadro de transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local.)

Exposição: A Deputada Susana Amador (PS), Coordenadora do Grupo de Trabalho de Acompanhamento das Transferências de Competências na Educação (GT), enquadrou a atividade do GT e indicou as atividades desenvolvidas na 1.ª e na 2.ª Sessão Legislativa. Informou ainda que todas as iniciativas legislativas sobre a Descentralização descenderam à 11.ª Comissão (Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação), que é a Comissão competente e será nessa sede que decorrerá a discussão na especialidade. O objeto deste GT circunscreve-se ao foco da educação e avaliação dos impactos que decorrem de sucessivos processos de delegação, contratualização e descentralização.

Os representantes do Sindicato dos Inspetores da Educação e do Ensino valorizaram o facto de terem sido chamados para a audição e indicaram o seguinte, em síntese (o documento da respetiva comunicação está disponível na [página da Comissão](#)):

1. Manifestaram preocupações com a ação da inspeção e com a descentralização de competências *versus* a centralização da Inspeção Geral da Educação e Ciência (IGEC);
2. As experiências realizadas, nomeadamente com os contratos interadministrativos, não foram avaliadas;
3. Têm relatos de municípios com boas e más práticas, estando as mesmas dependentes da visão que o município tem para a educação;
4. Há uma centralização cada vez maior da IGEC (deixando de ter delegações regionais), passando esta a ser cada vez mais reativa e não preventiva;
5. Defendem que a Inspeção deve ter um plano de atividades estratégico, que abranja todas as áreas, de avaliação, fiscalização, provedoria, etc;
6. Há necessidade de repensar o papel da IGEC e os seus efetivos (que têm vindo a reduzir-se) e de aprovar uma nova lei para a mesma, fixando-lhe dupla tutela, do Governo e da Assembleia da República;
7. Propõem a reativação das delegações regionais da IGEC e a retoma de todas as suas competências, incluindo a de procuradoria.

Os representantes do Sindicato Nacional dos Psicólogos referiram o seguinte, em resumo:

1. Há deficiências nas condições de trabalho dos psicólogos nas escolas, que se mantêm há vários anos;
2. Rejeitam a municipalização e a transferência de competências do Ministério da Educação para as autarquias;
3. Têm vindo a discutir com o Ministério a contratação de mais psicólogos;
4. Discordam da contratação anual dos psicólogos, com oferta de escola, pedindo que seja feito um concurso a nível nacional;
5. A estabilidade dos psicólogos é essencial para as escolas;
6. A descentralização tem sido denunciada pelos trabalhadores;
7. Os psicólogos devem ser incluídos no Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP);
8. Manifestam reservas em relação ao anúncio de 200 psicólogos a pagar pelo POPH - Programa Operacional Potencial Humano;
9. Propõem a constituição de redes locais de profissionais.

Interveio depois a Deputada Germana Rocha (PSD), referindo que o Grupo de Trabalho visa avaliar os contratos de execução e os interadministrativos e tem andado no terreno. Informou depois que o PSD concorda com a necessidade de avaliação, nomeadamente dos contratos interadministrativos e só depois se legislar e realçou que as autarquias têm tido um papel muito relevante. Perguntou ainda aos representantes da IGEC o que lhes tinha sido transmitido pelo Governo atual. Em relação ao Sindicato dos Psicólogos, informou que as questões de recursos humanos não cabem nas competências do Grupo de Trabalho e perguntou o que lhes foi transmitido pelo Governo e qual a situação em relação à inclusão no PREVPAP.

A Deputada Sandra Pontedeira (PS) indicou que a descentralização está inscrita no Programa do Governo, realçou o sucesso do poder local, bem como da escola pública e referiu que o processo atual de descentralização tem envolvido uma grande auscultação das entidades envolvidas. Perguntou depois qual o número de novos inspetores que consideram necessário para o bom funcionamento da IGEC, de que forma é que a descentralização poderá melhorar ou não o funcionamento da mesma e quais os motivos da respetiva centralização. Pediu ainda aos psicólogos que indicassem a forma de trabalho que consideram mais adequada.

A Deputada Joana Mortágua (BE) referiu que os contratos interadministrativos não tiveram acolhimento generalizado, tendo aspetos negativos e que aquilo que está em causa não é o reforço da autonomia das escolas. Manifestou depois preocupação com o tratamento dos recursos humanos, referindo que inicialmente estava prevista a hipótese de utilização do PREVPAP para os psicólogos e não se aplicará se os mesmos forem transferidos para as autarquias, tendo realçado ainda que entende que essa transferência não se coaduna com a especialidade das tarefas a desempenhar nas escolas. Referiu ainda que há funções, a nível disciplinar, que anteriormente eram da IGEC e agora são dos diretores das escolas.

A Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP) manifestou concordância com a descentralização, considerando que gera mais proximidade, maior eficácia da gestão dos recursos, mais

responsabilização imediata e referiu que da informação que se tem obtido, na generalidade dos contratos interadministrativos a experiência tem funcionado bem. Transmitiu depois que os contratos deviam ser sujeitos a uma avaliação global antes de se alterar a lei. Defendeu ainda a proteção das pessoas que já estão na escola e que a sua gestão e avaliação seja feita na mesma, salientando que a sua passagem para a autarquia parece implicar que a nível disciplinar passem a estar sujeitos à inspeção das autarquias locais e não à IGEC e perguntou se tinham sido ouvidos sobre isso. A terminar, perguntou ao Sindicato dos Psicólogos se têm informação sobre a situação futura dos técnicos superiores das escolas, nomeadamente os psicólogos, em relação à sua passagem para as autarquias ou manutenção na escola.

A Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP) referiu que atualmente há um grande esforço para ouvir as pessoas e que nas visitas tem sido transmitido algum bem-estar com os contratos interadministrativos. Perguntou depois se os psicólogos não querem passar para as autarquias. Considerou ainda que aquilo que se tem descentralizado são os problemas e o argumento da proximidade é uma falácia se não houver meios.

Em resposta às questões colocadas e às observações feitas, os representantes do Sindicato dos Inspetores referiram o seguinte, em síntese:

1. A IGEC tem uma cobertura muito alargada;
2. As respetivas delegações regionais do Alentejo e do Algarve fecharam e a de Coimbra mantem-se com 12 inspetores;
3. Nos últimos 10 anos perderam 50% dos inspetores;
4. Tinha-se equacionado a realização de um concurso interno para 30 inspetores, a recrutar de professores, mas o mesmo ainda não abriu, não se conhecendo as razões e se abrir agora só permitirá a entrada de novos inspetores em 2019;
5. Dos inspetores atuais, 36 têm mais de 60 anos e 74 mais de 56 anos;
6. Entendem que seriam necessários mais 200 novos inspetores;
7. A IGEC não tem gabinete de planeamento e de formação, que consideram muito importantes;
8. As delegações regionais da IGEC são essenciais, para acompanhamento das escolas;
9. Têm-lhes chegado queixas das relações entre os órgãos da escola e os órgãos autárquicos, particularmente nos municípios mais pequenos;
10. A inspeção dos trabalhadores não docentes já não é tratada pela IGEC, mas sim pela escola;
11. Defendem mais autonomia das escolas e não a transferência de competências para os municípios;
12. A IGEC centralizou tudo em Lisboa e não consegue dar resposta.

Os representantes do Sindicato dos Psicólogos indicaram o seguinte, em resumo:

1. Pedem ponderação na contratação dos psicólogos e na transferência dos mesmos para os municípios, solicitando que sejam efetivados no Ministério da Educação, através do PREVPAP e continuem no mesmo;
2. Solicitam mais informação sobre quem vai contratar os psicólogos para as escolas;
3. O processo de descentralização traz preocupações;

4. Os psicólogos poderão ter eventual perda de poder de exercício técnico pela passagem para as autarquias.

A terminar, a Deputada Susana Amador (PS), Coordenadora do Grupo de Trabalho, agradeceu as informações prestadas e referiu que a descentralização está prevista na Constituição da República Portuguesa e deve atender-se à coesão social, universalidade, igualdade e aproveitar a oportunidade para conciliar a autonomia da escola e reforçar as competências do poder local.

A gravação da audição e o documento remetido pelo Sindicato dos Inspetores da Educação e do Ensino estão disponibilizados na [página da Comissão](#).

Palácio de São Bento, 13 de julho de 2017

A assessora

Teresa Fernandes